

CNJ, TJSP, PGE, TCE E PREFEITURA ASSINAM ACORDO DE COOPERAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça(CNJ), o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), a Procuradoria-Geral do Estado(PGE), o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e 81 Municípios paulistas assinaram o Acordo de Cooperação Técnica(ACT) envolvendo o programa Execução Fiscal Eficiente, que viabilizará a extinção de cerca de dois milhões de processos de execução fiscal no Estado ao longo dos próximos 12 meses.

Para novos ajuizamentos de execuções fiscais, é preciso que o órgão público tenha realizado a tentativa de cobranças administrativas, como o uso do protesto; comunicação aos serviços de proteção ao crédito; anotação em órgãos de registro de bens e imóveis; tentativa de conciliação (ou parcelamento da dívida ou oferecimento de desconto); adoção de solução administrativa (como notificação do executado para o pagamento) e indicação de bens ou direitos penhoráveis do devedor.

A partir do ACT, serão utilizados métodos mais eficientes de cobrança para a recuperação dos créditos, com melhor gestão, uma vez que não basta transferir a cobrança da dívida ao Judiciário.